

Os intelectuais diante da crise

Pablo Rieznik*

Resumo

Os intelectuais enfrentam a crise no interior do poder, aquela fortaleza que uma vez imaginaram destruir e que hoje cobiçam. A “intelligentsia” latino-americana chegou ao governo. Esta passagem do campo do progresso social, ou esquerda – ambigüidade é intencional – para o terreno do comando de uma parte do aparato estatal não é uma ruptura inexplicável nem, tampouco, uma retirada.

A *intelligentsia* latino-americana está no governo. São os intelectuais contestadores ou críticos das décadas de 60 e 70, muitos deles vítimas dos regimes militares da época, perseguidos e desterrados. Foram opositores das ditaduras, flertaram ou aderiram à esquerda, proclamaram-se nacionalistas e socialistas – ou ambos ao mesmo tempo – e também revolucionários. Fizeram parte da geração que foi testemunha e protagonista do impacto continental da revolução cubana de 1959. É a intelectualidade que freqüentou as aulas da universidade quando, a partir do pós-guerra, uma verdadeira explosão de matrículas estendeu-se por todos os interstícios do ensino superior.

São, pois, os intelectuais que se formaram em uma época muito particular deste século, a do *boom* econômico que se segue às duas guerras mundiais e à crise generalizada prevalecente na primeira metade da centúria. Generaliza-se na universidade, o estudo do “desenvolvimento” como um ramo específico da economia e das ciências sociais. Enquanto os economistas se preocupam com o atraso e o crescimento, com a dependência e a decolagem do processo de desenvolvimento, os sociólogos procuram uma órbita mais ampla para explicar o acesso à “modernização”. O contexto geral é de otimismo, de fé no progresso. Criam-se novas carreiras e disciplinas na área das denominadas

* Professor da Faculdade de Ciências Sociales de la Universidade de Buenos Aires, Argentina. Autor de várias obras, entre elas, *A economia mundial como ponto de partida e Endividamento externo e crise mundial*.

ciências humanas e renovam-se as instituições herdadas da etapa mais conservadora e elitista do ensino superior, normalmente vinculada à reação política ou ao clero.

Ocupamo-nos da intelectualidade que constitui as primeiras “promoções” de “cientistas sociais” desta época. É a *intelligentsia* que debutará com seus cursos de pós-graduação no exterior e ostentará seu respectivo diploma de uma universidade anglo-saxã ou européia com distinção quase hierárquica e irá inaugurar o “modelo” dos títulos de *master* e os doutorados em solo nativo.

São também os intelectuais que em 68 eram simpatizantes ou ativistas na revolta operário-estudantil do Maio francês. Foram vítimas da Universidade golpeada na *noche de los bastones largos* na Argentina de 1966; massacrada pouco depois na praça mexicana de Tlatelolco, onde a repressão policial ceifou a vida de dezenas de estudantes; reprimida no mesmo ano de 68 na rua Maria Antonia, sede de uma das faculdades da Universidade de São Paulo, no Brasil. Foram estes os antecedentes dos anos 70, de Pinochet e Videla, para cuja substituição a *intelligentsia* latino-americana trabalhou à sua maneira. Como parte de tal trabalho, começou a sair das aulas e da academia para integrar-se aos partidos que se reclamavam da democracia, em alguns casos submeter-se ao voto em prol da cidadania, conformar as assessorias da nova administração civil, etc...

Qualquer que seja a dificuldade para definir com rigor sociológico os intelectuais retratados, o processo vivo da história recente ilustra sua trajetória com mais clareza do que qualquer preciosismo conceitual. Hoje é a *intelligentsia* que enfrenta a crise do ponto de vista do poder, do interior daquela fortaleza que, em algum momento, imaginou destruir e hoje cobiça. No Brasil, esta evolução dos intelectuais, da oposição ao poder, tem um caráter quase emblemático pela peculiar tradição de Fernando Henrique Cardoso, um representante muito qualificado da *intelligentsia* de esquerda continental, expulso da universidade e de seu país pelos golpistas de 64, quando já gozava de um amplo reconhecimento internacional nos meios acadêmicos, universitários e profissionais havia vários anos.

Mas é evidente que não se trata de um fenômeno nacional, próprio do gigantesco país latino-americano. Na Argentina, a intelectualidade “progressista” aderiu em massa ao governo de Raúl Alfonsín e atuou, inclusive, como grupo nos bastidores do “palácio”, redigindo discursos presidenciais, atuando como fábrica ideológica, movendo-se em esferas culturais das mais diversas características. Em tais esferas, em fundações e organismos internacionais moveu-se também com muita presteza o exílio da *intelligentsia* chilena e dali passou ao poder na coalizão cristã-socialista que hoje governa o Chile juntamente com o velho general Pinochet. Do exílio e da

prisão assim voltaram os intelectuais da Banda Oriental para integrar-se à Frente Ampla uruguaia e deste modo alcançar suas próprias posições dentro do aparelho de Estado: no governo da capital do país – Montevideu – e como parte de um acordo geral para dar uma base tripartite ao regime político nacional, tradicionalmente bipartidário, com os partidos *Blanco* e *Colorado*. Na Bolívia, o governo “neoliberal” presidido por um homem que fala melhor o inglês do que o castelhano, afirma-se herdeiro do nacionalismo mais radicalizado e conta com o respaldo do MIR (Movimento de Izquierda Revolucionária). É um sinal destes tempos, algo que indubitavelmente não é um atributo específico do solo latino-americano, se para alguém isto servir de triste consolo.

Partidos de Estado, intelectuais do Estado. Seu discurso e ação de fim de século nos oferecem demasiados mistérios porque fazem parte de nosso cotidiano: são as privatizações para resgatar mercados cativos em favor do capital financeiro com garantia estatal; é o pagamento da dívida fraudulenta e o operativo de salvamento dos bancos e o negócio da usura internacional (consumado, nos últimos anos, sob a denominação de Plano Brady); é também a abolição do direito trabalhista com mais de um século de existência e, por fim, o encobrimento, a proteção e a cumplicidade com os crimes, passados e presentes, dos “guardiães da ordem”.

A abordagem cabível

Do que se trata, afinal? Servilismo, submissão, traição? Há de tudo um pouco, mas não é apenas falência e ruptura, pois esta mudança de atitudes e posições dos intelectuais é perpassada por uma certa racionalidade que deve ser explicada. Consequentemente, importa examinar, o quadro mais geral que explica a mencionada evolução. Um processo que, ademais, não tem sequer o mérito da originalidade histórica, posto que o exame do passado oferecerá inumeráveis exemplos da adesão da intelectualidade “crítica” à ordem estabelecida e às políticas reacionárias, antioperárias e antipopulares.

Concretamente, a passagem do campo do progresso social ou da esquerda – apelando deliberadamente à ambigüidade de ambas palavras – para o terreno de comando do aparelho estatal dos exploradores não é uma mera retirada. É necessário – e possível – entendê-la inclusive a partir das posições anteriores da *intelligentsia* e extrair significativas conclusões a respeito.

A crítica aos intelectuais encontra um obstáculo relativamente natural para desenvolver-se em seu próprio meio, uma barreira que remete à articulação corporativa e à característica específica de sua existência social. Os cientistas sociais cultivam o mito segundo o qual a *intelligentsia* detém o privilégio epistemológico de se aproximar da verdade sem os

condicionamentos próprios daqueles que se encontram atados a interesses materiais específicos da sociedade civil. Na realidade, tal postura é fictícia, pois os intelectuais aqui retratados estão vinculados, por diversos e inumeráveis elos, à corrente de mandos da sociedade classista, ao seu Estado, instituições e, obviamente, aos seus mecanismos particulares de financiamento e administração de recursos.

A *intelligentsia* não escapa, portanto, da determinação básica – precisamente em matéria de ciência social – segundo a qual é a existência que determina a consciência e não o contrário. Um princípio que se choca quase visceralmente com a percepção que a maioria dos intelectuais têm de si mesmos e de seu modo de vida.

Uma reflexão sobre o tema “intelectuais e crise” deveria proceder na explicação dos primeiros pela especificidade da segunda. Não é possível analisar a trajetória da *intelligentsia* transformada em pessoal de governo sem mencionar, por exemplo, a derrubada do stalinismo e sua vinculação com a crise, miséria social e decomposição que dominam a economia mundial capitalista em plena proximidade do século XXI. O propósito destes apontamentos é, portanto, descobrir o significado da chamada “evolução intelectual” dos próprios intelectuais em relação ao quadro político e social no qual se processou. Neste sentido, iniciaremos com a análise de algumas idéias dos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, não com o propósito de concretizar um “estudo de caso”, mas com a finalidade de nos valermos de seu significado mais geral como testemunho das proposições de grande parte dos intelectuais latino-americanos aos quais aludimos.

Sobre a burguesia nacional...

Podemos tomar como ponto de partida uma das primeiras investigações realizadas pelo então jovem Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo era analisar as pautas de conduta e crenças do empresariado argentino e brasileiro. Este trabalho, realizado em finais da década de 50, permitiu-lhe observar algo que muitas vezes julgou como surpresa em relação às suas próprias e prévias idéias. Basicamente o estudo de campo e as pesquisas formuladas não revelam a existência de uma “burguesia nacional” com vocações antiimperialistas, capaz de liderar um processo de independência e autonomia frente à opressão metropolitana e do capital financeiro.

Em outras palavras, os resultados do estudo questionavam a proposição central dos movimentos nacionalistas e do stalinismo, então muito em voga, que proclamavam precisamente a necessidade do movimento operário em particular e do povo em geral submeterem-se à direção da “burguesia nativa” para consumir uma “revolução nacional” que permitiria um desenvolvimento

capitalista independente para nossos países. Este último seria, por sua vez, a condição de um ulterior desenvolvimento mais puro do confronto entre os pólos sociais opostos da sociedade burguesa (proletários e capitalistas). Consequentemente, para esta etapa histórica posterior estaria relegada uma eventual revolução socialista, ou seja, sob a liderança da própria classe operária.

Esta formulação – que Fernando Henrique Cardoso pôs em dúvida com sua própria investigação – reiterava, do ponto de vista teórico, pontos de vistas das correntes pré-marxistas e antisocialistas de princípios do século e negava a lição da primeira revolução socialista vitoriosa da história, ou seja, o Outubro russo de 1917. Mas esta observação escapou por completo ao investigador juvenil, o que refletia a débil assimilação do marxismo ao qual os intelectuais então diziam aderir.

Foi o próprio Marx quem estabeleceu o caráter conservador e inclusive contra-revolucionário adotado pela burguesia frente à sua própria “revolução nacional”. Marx explicou a contradição como um resultado do próprio processo histórico: na medida em que a revolução se demorava, a burguesia deveria enfrentar não apenas os representantes do *ancien régime*, mas também o movimento operário, o proletariado que crescia à sombra do desenvolvimento capitalista no seio da velha sociedade, ainda medieval e monárquica em suas instituições políticas fundamentais. Esta foi a principal lição para a qual Marx chamou a atenção logo após a experiência sobre o papel protagonizado pela burguesia alemã nos episódios da revolução européia de 1848 (oposto à conduta revolucionária de sua congênere francesa em 1789).

Todavia mais importante, em segundo lugar, é que a própria idéia de “revolução nacional” implica uma completa regressão em relação à análise marxista da última etapa de desenvolvimento do capitalismo, denominada fase imperialista. O mercado capitalista e as relações sociais que lhe são próprias se expandem, então, fora dos marcos puramente nacionais em que se desenvolveram originariamente. A questão da transformação social em um país é impossível de ser abordada a luz de uma caracterização concreta do desenvolvimento internacional do capital.

Por isso, quando se indagou aos líderes da Revolução de Outubro se a Rússia estava madura para o socialismo, a resposta foi: o que está maduro para o socialismo não é a Rússia, mas o mundo. A revolução russa consumou-se conscientemente enquanto episódio de uma revolução internacional e não como possibilidade de construção do socialismo “nacional”, ou seja, no interior de um único país. Metodologicamente, portanto, a definição sobre o caráter socialista da revolução encabeçada pelo bolchevismo absolutamente não pressupunha negar o atraso do país, a

insuficiência do seu desenvolvimento capitalista, o peso das classes sociais resultantes deste atraso, etc. A mecânica de classe da revolução deveria, contudo, ser estabelecida à luz da natureza específica do imperialismo como forma de existência do capital.

A dependência e o desenvolvimento

A conclusão extraída por Cardoso – e pela maioria da *intelligentsia* latino-americana – de sua experiência encontra-se, contudo, nas antípodas do que acabamos de indicar. Esperavam ver uma burguesia belicosa e “nacional” como testemunho mesmo da existência da opressão imperialista. Não comprovaram o primeiro e concluíram negando o segundo: o problema imperialista não existia, a chamada “questão nacional” era praticamente uma invenção do próprio nacionalismo ou uma colocação errônea, fruto de suas limitações. Acreditava-se ver a confirmação destas teses na conduta da própria burguesia nacional, assim como no fracasso dos governos nacionalistas e desenvolvimentistas dos anos 50 e 60. Tudo isso foi exposto de uma forma tortuosa, ao invés de maneira direta e transparente, mas informa todo o conteúdo do livro muito conhecido – escrito pelo próprio Cardoso e Enzo Falletto sobre o final da década de 60 – que tem como título *Dependência e desenvolvimento na América Latina: um ensaio de interpretação sociológica*, uma espécie de best-seller em qualquer faculdade de ciências humanas do continente ainda na atualidade.

O trabalho de Cardoso e Falletto concentra-se no estabelecimento de uma tipologia das economias latino-americanas nas quais o “atraso” aparece como resultado de um processo histórico de “dependência” no qual se combinam as variáveis econômicas, sociais e políticas numa “estrutura” determinada (economias de controle nacional, economias de enclave, etc.). O ponto fundamental, entretanto, é a ausência em toda a análise, de uma adequada caracterização do fenômeno imperialista, o que confere à tal tipologia econômica um caráter abstrato, isto é, a-histórico. Sua pretensa apelação à historicidade para compreender a dinâmica das sociedades latino-americanas fica reduzida a uma crônica vazia, sem referência conceitual.

Talvez seja surpreendente que, em um texto considerado como chave para compreender-se a “dependência”, possamos destacar sua completa ignorância sobre o imperialismo. Se alguém aborda a obra de maneira superficial, a impressão é a contrária: os autores explicitam sua vontade de estabelecer a dependência como um dado “estrutural”, isto é, do conjunto das determinações econômicas e sociais dos países latino-americanos. Por conseguinte, aparentemente, não apenas o imperialismo não é ignorado como também que se incorpora como algo onipresente nos conflitos de classes de nossas nações. Mas o imperialismo não pode ser reduzido a um problema de

“dependência” e, ainda desta limitada ótica, o enfoque de Cardoso é totalmente falseado, contraposto ao ocorrido na história real.

Isto se verifica num erro muito grosseiro da obra, que serve como prova da total incompreensão do problema nacional e do imperialismo. Referimo-nos à análise da coalizão que se formou na Argentina de pós-guerra entre stalinismo – Partido Comunista – e os partidos oligárquicos, como expressão da “política operária” contra o nacionalismo burguês. Efetivamente, tal coalizão se formou com o apoio da embaixada norte-americana para enfrentar o ascenso do general Perón e contou com o apoio do partido comunista nativo não como expressão da “política operária”, mas como evidência da natureza antioperária do stalinismo. Esta definição enormemente equivocada da reacionária União Democrática argentina de 1945 chama ainda mais a atenção se tivermos em conta que o forte de *Desenvolvimento e dependência...* pretensamente era o enfoque sociológico e político da história latino-americana.

Imperialismo, história e capital

A omissão sobre o significado do imperialismo em uma obra que se apresentou como a última palavra em matéria de compreensão do vínculo entre os países latino-americanos e as grandes potências tem, neste caso, uma importância sumamente decisiva. O imperialismo é, antes de tudo, um estágio de desenvolvimento do capitalismo no qual este esgota suas possibilidades históricas consistentes justamente no estabelecimento da grande indústria e na criação do mercado mundial.

O capitalismo transforma-se em imperialismo somente em uma fase muito elevada de desenvolvimento; quando algumas de suas características originais se transformam de tal modo que terminam na negação do próprio mercado e do capital, requisitando, pois, novas relações sociais de produção entre os homens. A livre concorrência dá lugar ao monopólio; a força e a violência substituem o progresso técnico enquanto recurso de existência do capital, a divisão do mundo termina. Impõe-se o mercado mundial quando o próprio mercado tende a ser superado pela dimensão adquirida pelas grandes corporações empresariais operantes em escala planetária; quando as formas parasitárias do capital dominam de forma crescente e se desenvolve o capital financeiro; quando chega ao paroxismo a contradição entre o caráter social da produção e a natureza privada da apropriação dos meios produtivos. Como parte destas transformações e da internacionalização das forças produtivas, o imperialismo cancela a possibilidade de livre acesso das novas nações ao mercado mundial, invadidas aquelas pelo capital metropolitano quando se encontram em um estágio de desenvolvimento mais primitivo.

Isto ausente no tão lido *Desenvolvimento e dependência...*, o que significa ficar nas alturas, porque falta de uma apreciação do momento histórico. No início do livro define-se seu objeto de investigação como sendo o “desenvolvimento auto-sustentado” dos países da América Latina, uma categoria não mais a-histórica e sim a-social. Na contemporaneidade, a idéia de um desenvolvimento auto-sustentado de qualquer país, incluídos os chamados “desenvolvidos”, é um desatino que se deve, justamente, ao fenômeno de internacionalização das forças produtivas.

Não é por casualidade que todo o livro de Cardoso e Falletto se tenha gestado na usina ideológica do CEPAL, um organismo das Nações Unidas, cujos funcionários são designados pelos governos latino-americanos, especializado em tecer uma versão desconexa e eclética da dependência (ausência de um parque industrial integrado, inexistência de mecanismo de incorporação do progresso tecnológico, produção predominantemente agropecuária, inadequação institucional, etc.) à qual se tentou dar um tom progressista nos meios acadêmicos. O líder deste organismo, Raúl Prebisch, era um argentino cuja passagem mais notória pelo cenário político de seu país foi como autor do “plano econômico” de um dos governos mais reacionários e antipopulares do país, que emergiu do golpe militar da chamada *Revolução Libertadora* responsável pela queda de Perón e que muito rapidamente associou a Argentina ao Fundo Monetário Internacional. Sob a asa do “cepalismo” e de Prebisch, a *intelligentsia* latino-americana abandonou suas posições afins com o velho nacionalismo e a retórica antiimperialista e deu início ao curso de sua modernização, com uma fraseologia democrática e até socializante.

Em consonância com esta posição, o progresso deixou de ser concebido em termos de independência nacional, à medida em que isto significasse lutar contra o imperialismo enquanto expressão da forma específica da exploração capitalista e da divisão do mundo em nações desenvolvidas opressoras e países atrasados oprimidos. A tarefa da independência nacional foi substituída pelo “desenvolvimento auto-sustentado”, algo que começou a ser concebido, na época, como resultado possível de uma empresa comum e viável entre burguesia nacional e estrangeira. Nestes termos, precisamente “dependência” e “desenvolvimento” deixariam de ser, portanto, conceitos antagônicos, uma das conclusões que Cardoso considerava como a principal tese de sua obra.

A reinvenção de Keynes

Neste contexto, o eixo de gravidade da análise deslocou-se, quase naturalmente, para a possibilidade da arbitragem estatal de instrumentalizar a cooperação entre o capital nativo e o estrangeiro, na medida adequada para preservar os “interesses nacionais e populares” (algo indispensável para

assegurar o *marketing* do discurso teórico e político correspondente). Neste terreno, os “politicólogos” da intelectualidade modernizante sentiram-se aptos a atuar como se estivessem em sua própria casa, como se fosse a consumação mesma de sua tarefa de “cientistas sociais”. Um passo importante na fundamentação das possibilidades da participação do Estado como agente da “mudança social” foi a revalorização, por parte da esquerda acadêmica, do keynesianismo. Keynes que, alguns anos antes, frente às evidências do colapso capitalista, havia postulado a necessidade de uma política ativa de intervenção do Estado na economia.

A intelectualidade brasileira voltou a liderar, neste caso, a respectiva moda: a compatibilidade entre Keynes e Marx, as vantagens da economia “mista”, a capacidade reguladora do Estado transformaram-se nos temas do momento. Na universidade brasileira, os textos de Kalecki – um economista polonês que tentou traduzir Keynes para uma linguagem marxista – apareciam como autênticas novidades. A política Keynesiana foi apresentada como uma espécie de regeneração possível do capitalismo, de sua capacidade de recuperar uma dimensão abandonada quando imperava apenas o mercado. Com Keynes, afirmava-se, ter-se-ia produzido nada mais nada menos do que uma revolução teórica da economia como ciência, equiparável, em seus significados, às proposições fundacionais de Adam Smith e David Ricardo.

Não obstante, do ponto de vista histórico, o esgotamento do mercado como regulador da distribuição do trabalho social é um sintoma do próprio esgotamento das possibilidades do capital. A eliminação do mercado, o predomínio da grande corporação e do monopólio são manifestações de que já não é mais a chamada livre concorrência que domina a vida econômica. Porém, esta foi uma das características revolucionárias do capitalismo, pois constituía o maior estímulo para o desenvolvimento das forças produtivas: impunha-se aquele que conseguisse, por meio do progresso técnico, baratear seus produtos frente aos concorrentes. Como este processo conduz à concentração e centralização do capital, é a livre concorrência que cria as condições para seu próprio enterro: o domínio do mercado por um número reduzido de empresas de dimensões planetárias.

Esta tendência ao desaparecimento do mercado como resultado do próprio desenvolvimento do capital é outra prova de que as relações de produção capitalistas cumpriram sua função histórica. O capitalismo “reclama” uma nova ordem social cuja base deve ser acabar com a anarquia da produção e da propriedade privada dos gigantescos meios desta mesma produção. A emergência do estatismo é uma confissão deste processo, evidentemente não para terminar com a “pré-história” da exploração do trabalho humano, mas para preservá-la em uma etapa de decomposição do capital. A crescente intervenção do estado na vida econômica pode tomar a forma adquirida na Alemanha com o nazismo ou, na mesma época com o

New Deal de Roosevelt nos EUA. Quaisquer que sejam as importantes diferenças entre ambos regimes políticos, não é menos certo que são diferentes manifestações de um fenômeno único que, não por mera casualidade, sucedeu à catastrófica crise mundial de 29.

Tal catástrofe é o pano de fundo da obra do próprio Keynes, após a colocação em prática das “políticas” keynesianas e de seu fracasso ainda na década de 30. O que deu uma nova “chance” ao capitalismo não foi o economista inglês nem tampouco os alcances, antes ignorados, da possível intervenção do Estado na economia: foi a destruição provocada pela guerra e a colaboração da então burocracia dirigente da URSS, ao assegurar, com seus acordos de pós-guerra (Ialta), a sobrevivência do mundo capitalista, garantindo o desarmamento da revolução européia.

Estado, democracia e reação política

O desconhecimento do lugar histórico da política Keynesiana conduziu diretamente ao embelezamento do Estado, por se tratar – segundo este ponto de vista – da instituição humana dotada de racionalidade e vontade, dirigida a suplantar o “mercado”, ou seja, sua incapacidade para estabelecer a consignação de fatores produtivos conforme previsões, horizontes e séries temporais. Esta (re)apresentação do Estado requeria um operativo teórico voltado ao questionamento da definição clássica do aparelho estatal como instrumento de opressão, comitê executivo da classe dominante, etc.

Nesta direção, a tarefa “intelectual” que se seguiu foi a de resgatar uma visão primitiva do Estado como uma espécie de anjo assexuado, entendê-lo como algo repleto de sutilezas e complexidades; mas, sobretudo, suscetível a um tipo de utilização alternativa em proveito próprio por classes sociais antagônicas, segundo sua capacidade de manobra, alianças que pudessem articular, a clareza de seus objetivos, conjuntura econômica favorável, etc. Importa destacar o significado reacionário deste embelezamento do Estado, em particular quando provém de setores da esquerda, não exatamente do marxismo, cuja aspiração à liberdade passa, não pelo fortalecimento, mas pela destruição da maquinaria repressiva, sinônimo de Estado.

Também neste caso, a *intelligentsia* se ajustou para apresentar o problema de uma maneira deliberadamente obscura. Não se desconhecerá, por exemplo, o caráter burguês do Estado mas, em um arroubo de “dialética”, postular-se-á a possibilidade de que não seja a burguesia, mas as classes exploradas, que o utilizem em seu favor. Formulou-se a tal proposta em total oposição ao objetivo de substituição do aparelho estatal dos exploradores por instituições, representações e mecanismo de poder próprios da classe operária e dos explorados.

No que respeita a este tema específico, trata-se de uma nova regressão, demais de um século, do pensamento e das ciências sociais. Foi a partir do processo revolucionário de meados do século passado e a da Comuna de Paris de 1871 que a esquerda socialista chegou a conclusão exatamente contrária: que a máquina estatal da classe capitalista não escondia uma plasticidade infinita, suscetível de torná-la também útil ao domínio e ao governo de sua classe inimiga. A experiência histórica demonstrou que era preciso acabar com a divisão fictícia de poderes, o processo eleitoral deveria acabar com a camada burocrática característica do Estado burguês, os princípios de irrevogabilidade, controle e retribuição dos funcionários deviam ser totalmente modificados, etc. Um Estado desta natureza, sem burocratas, com salários iguais aos dos operários, sem o peso do militarismo repressivo contra a maioria é a solução do problema do “governo barato”, algo semelhante à quadratura do círculo para as “ciências sociais e econômicas” contemporâneas.

O seguinte passo rumo à mistificação do Estado consistiu em outro empreendimento “intelectual” para descobrir as determinações “universais” contidas no Estado burguês “democrático” que, por essa mesma descoberta, justamente deixava de encobrir um caráter classista particular. Deste modo, o poder executivo incontrolável, o parlamentarismo enganoso, a burocracia dominante e, sobretudo, as corporações armadas e seu monopólio da repressão acabaram sendo consideradas como a forma última e insuperável de dominação política “democrática”.

Este último degrau (?) da evolução deu lugar a uma enorme literatura, debutando também no Brasil – no que se refere ao nosso continente – embora fosse importada da Europa, em particular dos ideólogos da variante episódica do stalinismo chamada “eurocomunismo”. Porém, não há nada mais anticientífico – e este é um princípio que deve ser estendido não apenas às ciências sociais, mas a toda a ciência – do que a pretensão de estabelecer valores “universais”, isto é, absolutos, para a compreensão da realidade. A realidade é movimento e história, portanto, o contrário da cristalização de qualquer de suas manifestações no limbo da eternidade.

Um dos melhores exemplos contrários à universalidade é a própria democracia. Foi uma bandeira revolucionária de luta contra a ordem estabelecida em todo o período no qual a burguesia pugnava por liquidar o poder da nobreza, Igreja e representantes políticos da propriedade rural e do latifúndio pré-capitalista. Foi e é uma arma reacionária quando é reclamada, ao contrário, enquanto defesa da ordem estabelecida, contra os oprimidos ou explorados no quadro desta mesma ordem. A democracia é um regime político e não pode ser compreendida à margem do conteúdo social e da função histórica deste mesmo regime.

Não se trata, por outro lado, de uma entelêquia: a política contra-revolucionária foi predominantemente desenvolvida nas últimas décadas sob a bandeira da democracia. Sua expressão política mais significativa foram Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Mas não é menos correto que os regimes latino-americanos “democráticos” da década de 90 vêm consagrando uma política de extermínio social que não faz inveja àquela executada pelas ditaduras militares que os precederam.

Nesta mesma medida, supostamente têm que violentar a própria democracia que dizem defender, como se verifica nas modificações “constitucionais” desenvolvidas em todos os países com o objetivo de assegurar a reeleição dos mandatários, espaçar as eleições, assegurar o monopólio dos partidos no manejo do Estado, consagrar a intangibilidade dos corpos armados, assegurar os privilégios do clero reacionário, etc.

Equívocos sobre o socialismo e neoliberalismo

É verdadeiramente notável ser justamente a revalorização progressiva do mercado e da democracia o que tenha permeado todo o processo de decomposição dos chamados Estados operários do Leste europeu. Evidencia, em primeiro lugar que, na mesma medida que a *intelligentsia* progressista tendeu a identificar o socialismo com a obra da burocracia dirigente dos destinos da ex-URSS, o desencanto posterior com o mal denominado “socialismo real” continuou na senda percorrida por aquela burocracia “soviética”.

Não deve escapar a ninguém o fato de aqueles que comandam o destino da atual Rússia, em pleno processo de restauração capitalista, são exatamente os mesmo que, em nome do “comunismo” cometiam toda a espécie de maldades para assegurar seus privilégios no antigo regime político. Esta maleabilidade da burocracia para assegurar seus negócios em nome de posicionamentos e conceitos formalmente antagônicos demonstra, entre outras coisas, que a burocracia como tal carece de ideologia própria e que o seu habitat natural é o pragmatismo autojustificador. Importa sobretudo enfatizar a “dependência” dos intelectuais em relação ao stalinismo, ao ponto de se associarem à cobertura “ideológica” com a qual a burocracia da ex-URSS abriu caminho para uma política totalmente restauracionista, de completa liquidação das bases sociais do antigo Estado operário. Ademais, os intelectuais encobriram sua retirada, convertendo o socialismo em utopia, isto é, fora do tempo e do espaço.

Em segundo lugar, associar o mercado e a democracia às finalidades do processo em curso na Rússia e nos países do Leste europeu – e também na China – é uma completa arbitrariedade. Tem o mesmo e anterior caráter

fictício da identificação do socialismo à obra da ditadura burocrática que regia os destinos da URSS. Nem antes um e, tampouco, agora, o outro. O stalinismo foi a sepultura do socialismo e não é a democracia e o mercado que Ieltsin e cia. querem impor. Ao contrário, busca-se um Estado “forte”, desenvolve-se uma política criminosa em relação às “nacionalidades” e a maquinaria do poder é distribuída conforme as relações de força entre as máfias e clãs rivais. O objetivo não é a implantação do mercado, mas a extensão dos negócios do grande monopólio e do capital financeiro.

Importa questionar um dos mitos mais propagados da época: o que postula estarmos sob o auge de um suposto neoliberalismo que revaloriza as relações mercantis e a “retirada” do Estado da economia. Na verdade, ocorre o exato oposto: a política dos “governos neoliberais” só pôde ser viabilizada mediante o maior despotismo estatal para garantir a violação de constituições, leis, decretos, normas e, inclusive, disposições do código penal que, sistematicamente, caracterizaram o processo econômico, social e político de nossas atuais “democracias”. Por esta mesma razão, a base de tais democracias consistiu no estabelecimento do quadro mais generalizado de impunidade e anistia para todo o aparelho repressivo responsável pelos crimes bárbaros que marcaram o domínio das ditaduras militares em nosso continente.

Para esta versão mítica do “neoliberalismo” prestou-se inclusive a *intelligentsia* que, em nossos países, encontra-se vinculada aos partidos de oposição aos governos centrais e também o castrismo. A função desta posição é representar os males sociais desta época não como resultado da exploração capitalista, mas de uma variante particular da mesma. Consequentemente, tais males poderiam ser evitados com uma mudança de política ou de “modelo”, mas sem alterar as bases da dominação geral do capital. A esta tendência somam-se ideólogos do PT brasileiro, da frente Ampla uruguaia, dos ex-partidos ou organizações guerrilheiras da América Central, do cardenismo mexicano. Todos atuam em comum no denominado “Fórum de São Paulo”, um encontro periódico de organizações da esquerda latino-americana que, originalmente, no início dos anos 90, foi convocado pelo próprio PT, então dirigido por Lula.

Em conjunto, a evolução deste setor não oferece senão variações de grau a respeito do panorama aqui indicado. Uma evidência é o acontecido no último encontro do “Fórum”, realizado na cidade de Montevideu em 1995, onde os trabalhos foram presididos, entre outros, por uma organização denominada Movimento Bolívia Livre (MBL) – que, como parte do governo boliviano, acabava de decretar o estado de sítio, enviar dirigentes sindicais ao desterro na selva e militarizar o país em defesa de um plano econômico “neoliberal”.

Intelectuais e miséria social

De qualquer modo, não é uma evolução puramente intelectual a que explica a trajetória dos intelectuais da geração que hoje é parte do pessoal político do Estado. Mudaram muito as condições em que tal geração se desenvolveu. Os equilíbrios entre classes e nações próprios do pós-guerra, desapareceram por completo. O clima social e econômico dos anos 50 e 60 é coisa do passado.

Desde a crise econômica mundial de 1975, - a primeira a afetar de um modo generalizado as economias capitalistas após a II Guerra – as tendências à decomposição econômica acentuam-se notadamente no cenário internacional mas, indubitavelmente, com manifestações mais graves nos países mas atrasados e particularmente em nosso continente. Em 1982, com a declaração de bancarrota da economia mexicana, iniciou-se o aquela que viria a ser conhecida como “década perdida”, com um retrocesso e destruição de forças produtivas históricos. A miséria social atingiu uma magnitude desconhecida no passado, enquanto, em contrapartida, os países latino-americanos garantiam, com a repatriação de benefícios, a recomposição da taxa de lucro dos mais importantes bancos privados, particularmente norteamericanos. Os índices de pobreza e indigência cresceram na mesma proporção de certas enfermidades como o cólera, a tuberculose, etc. apareciam como uma espécie de nova “peste”, agora, como puro resultado do alcance descomunal da exploração do homem.

No mundo desenvolvido, a euforia provocada nos meios capitalistas pelo o caso da URSS e a derrubada do Muro de Berlim não tiveram mais do que um alcance episódico. As crises da bolsa internacionais, as rivalidades comerciais entre as grandes nações, o contexto de um ritmo de atividade econômica com marcantes tendências ao estancamento, recuperações sem perspectivas e uma explosão financeira de natureza especulativa sem precedentes, dominam o panorama. O desemprego, a pobreza, as explosões de rebeldia começaram a se manifestar no chamado “primeiro mundo”.

O quadro é de polarização social crescente, de debilidade dos regimes políticos e de manifestações de insurgência popular. O cenário internacional esta marcado pela volatilidade e incerteza. É um clima clássico de fim de época. A intelectualidade, uma fina camada superior da pequena burguesia, renunciou definitivamente ao entendimento, e elegeu seu campo na mesa bem servida do senhor. Expulsa da universidade, recaiu nos organismos das instituições internacionais, tomou os corredores das fundações financiadas pelas corporações do “norte”, entusiasmou-se com os seminários e congressos nos quais era tratada com afeto adequado à recepção dos convertidos, cultivou-se no exercício de uma “democracia” prevista para

evitar o transbordamento revolucionário na hora da derrubada dos generais de turno. Então a *intelligentsia* voltou a uma nova universidade para predicar a autocritica de seu passado. É também uma nova universidade, cada vez mais dependente dos subsídios empresariais, dos negócios ou convênios compartilhados com a corporação ou a fundação privada e da “boa vontade” do Banco Mundial. Assim, o acontecimento também se “privatiza”.

Democracia e contra – revolução

A *intelligentsia* respondeu muito eficazmente à política do grande capital: processar seus objetivos de um modo “democrático” para enfrentar o custo de uma confrontação mais aberta, diante da evidência de que os recursos ditatoriais e de força se haviam esgotado. Naturalmente é uma bobagem supor que os objetivos do capital financeiro, isto é, do imperialismo, apenas possam se processar mediante a ação militar, o terror e a tortura.

Algo que em certo momento pode ser motivo de digressão teórica, hoje é apenas uma tarefa de verificação prática: nunca, como sob os atuais “regimes democráticos”, o imperialismo conseguiu desenvolver seu domínio com tamanha amplitude. O ministro de relações exteriores da Argentina - um homem rico, professor universitário que fez um culto da ironia cínica que, não poucas vezes, caracteriza o intelectual – não vacilou em definir como “relações carnavais” os vínculos entre a Argentina e EUA. É uma espécie de confissão que serve como prova.

O conteúdo econômico destas “relações” concentrase em duas grandes áreas. Em primeiro lugar, o confisco de um patrimônio público de décadas em benefício dos grandes grupos capitalistas. Esta operação financeira, consumada nos últimos anos, carece de antecedentes, postos que foram transferidos ativos “históricos” mediante a garantia estatal de ganhos, subsídios e preços impensáveis, mesmo nos governos mais entreguistas do passado (este confisco que viola qualquer procedimento mercantil de compra e venda de valores foi denominada “privatização”).

Em segundo lugar, o resgate de uma dívida desvalorizada, inclusive inexistente, como requisito para retomada de um processo de endividamento, que por sua envergadura e precariedade é: a) uma operação financeira em favor dos bancos privados que tampouco registra precedentes na história continental; b) a ponta do *iceberg* de uma bancarrota certa num futuro não muito distante, com conseqüências mais amplas e profundas do que as da década anterior.

O alcance deste processo é também um indício dos extremos da exploração requerida pelo capital para recompor sua taxa de lucro. Trata-se de uma das mais importantes evidências sobre a natureza da atual época do

capital, pois o lucro é o motivo de sua existência e porque são as dificuldades para produzi-lo e realizá-lo o que melhor caracteriza algo que, a princípio, qualificamos como fase de decomposição e esgotamento de suas possibilidades históricas. A procura de oportunidades para manter e elevar a taxa de lucro do capital, além dos países nos quais se desenvolveu originalmente o capitalismo, é a base mesma da expansão imperialista. Na luta pelos mercados, para concretizar este lucro, esta o fundamento das grandes guerras deste século e das crises mundiais que o marcaram definitivamente.

Porém, chamamos a atenção sobre este ponto: não houve crise mundial com a envergadura e o alcance desta que vivemos na atualidade. Esta definitivamente quebrada a “ordem mundial” do pós-guerra, isto é, todo o sistema de relações políticas, sociais e econômicas herdado do compromisso então estabelecido entre as potências vitoriosas e os dirigentes soviéticos para conter a revolução ascendente e oferecer ao capitalismo um terreno para aproveitar a destruição provocada nas décadas anteriores. O período terminou. A peculiaridade da nova etapa é a destruição de forças produtivas, manifestadas na ex-URSS e também na China. No caso chinês, o fenômeno ao qual aludimos simplesmente esta encoberto pela colonização capitalista do país, um recurso extremo do próprio capital metropolitano, frente aos obstáculos à sua valorização. Onde se pretende ver o fim do socialismo, o que esta presente e o cenário de contradições insustentáveis do capital.

A incompreensão do fenômeno capitalista contemporâneo em suas dimensões essenciais, esta presente, talvez onipresente, nesta evolução intelectual da *intelligentsia* latino-americana. Vimos quão cedo foi o esvaziamento do conceito de imperialismo pela intelectualidade progressista. Analisamos como, então, fora do contexto de uma ação contra o capital financeiro e o monopólio imperialista, a intervenção do Estado deixou de ser concebida como um instrumento de freio ou resistência à opressão nacional. A *intelligentsia* foi incapaz de ver os limites das posições nacionalistas (que consistem, precisamente, na inviabilidade de uma fase histórica de desenvolvimento nacional na época imperialista). Retrocedeu ao conceito de Estado como uma espécie de instrumento multiuso de regulação econômica e social, conforme as relações de poder entre os diversos “grupos” sociais (conceito que, nesta marcha a ré do pensamento, progressivamente vai substituindo o conceito de classe, definido pelas relações de propriedades e exploração). Neste ponto, a idéia de uma suposta doutrina *ad hoc*, que fizesse do marxismo uma variante do pensamento de lord Keynes, ganhou terreno. Em vez de lutar contra o capitalismo, adotou-se a tese de sua possível salvação mediante a intervenção do Estado e se enfeitou esta variante com postulados pretensamente progressistas.

A intelectualidade já provava trajés de funcionário, administrador ou conselheiro. Preparava seu próprio assalto ao poder e se redescobria como

portadora privilegiada da democracia, agora como uma espécie de religião “universal”. O novo rito incluiu, em primeiro lugar, a mistificação da sociedade civil, como se esta não fosse o próprio paradigma da sociedade burguesa, do individualismo, do egoísmo convertido em “direito”, da propriedade privada como princípio supremo. Um século e meio depois da esquerda descobrir o segredo da desigualdade real por detrás da igualdade formal, quem abandonava a esquerda fazia desta última um motivo de infinita demagogia e opunha, de forma reacionária, o indivíduo à sociedade, o cidadão a massa, ou seja, a burguesia e sua sociedade à luta pela liberdade, isto é, pela expropriação dos expropriadores (capitalistas).